

ATA DE 3ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às dez horas, na sala de reuniões da Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas (ASPLAN) localizada no sétimo andar da Torre I do Palácio da Justiça “Ministro Luiz Gallotti”, sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado na Portaria GP n. 105, de 9 de março de 2015.

Estiveram presentes os seguintes membros: 1) juiz Hélio do Valle Pereira, magistrado indicado pelo Tribunal (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, I); 2) juíza Candida Inês Zoellner Brugnoli, magistrado escolhido pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, II); 3) juiz Edison Zimmer, magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, III); 4) servidora Emylia Buchner Scalco Carneiro, servidora escolhida pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, IV); 5) servidor Olacir Gonçalves, servidor eleito por votação direta entre os servidores (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, V); 6) juiz Rafael Sandi, representando a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), sem direito a voto; e 7) servidor Rinaldo Luiz da Silva, representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC), sem direito a voto (em substituição da servidora Lenita Peres, conforme ofício n. 101/2015, de 26 de maio de 2015).

Constatada a presença de todos os membros do Comitê, o juiz Hélio do Valle Pereira, Presidente do Comitê, fez a abertura da reunião, dando boas-vindas a todos. Na sequência, formulou proposta de pauta da reunião, que iniciaria, no período da manhã, com a apresentação da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) sobre o desenvolvimento do projeto “Aprimorar”, reservando a tarde para as apresentações, respectivamente, do juiz Marcelo Pizolati, que representou o TJSC na “primeira reunião da rede de priorização do primeiro grau”, ocorrida em Brasília/DF, nos dias 5 a 7 de maio, e da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) sobre o projeto “mapeamento de competências”. A proposta foi aprovada pelos membros do Comitê, por unanimidade.

Na sequência o juiz Hélio do Valle Pereira, Presidente do Comitê, saudou a presença do desembargador Luiz César Medeiros, corregedor-geral da justiça, do juiz-corregedor Paulo Roberto Froes Toniazzo, coordenador do núcleo II da CGJ (Estudos, Planejamento e Projetos), e dos servidores da CGJ Alexandre dos Anjos e Ramon de Quadros Costa. Após expor as funções e formação do Comitê, fez breve histórico sobre as atividades desenvolvidas.

O desembargador Luiz César Medeiros, corregedor-geral da justiça, agradeceu convite e enfatizou a linha de atuação da CGJ no apoio e orientação ao primeiro grau de jurisdição. Sintetizou que o “projeto Aprimorar” visa auxiliar o magistrado de primeiro grau na gestão da unidade judiciária, conferindo-lhe visão estatística de forma mais apurada. Em seguida, concedeu a palavra ao juiz-corregedor Paulo Roberto Froes Toniazzo, que apresentou as linhas gerais do “projeto Aprimorar”: o propósito do projeto é apoiar e promover a gestão de uma unidade judiciária, envolvendo, naturalmente, a equipe interna e as rotinas de trabalho realizadas. Explicou que o projeto faz uso de um sistema computacional, acessível pela Intranet, o qual possibilita, dentre outras funcionalidades, identificar o desempenho da unidade judiciária (e compará-lo com a performance de outras unidades judiciárias do mesmo grupo de equivalência); analisar os vários indicadores do seu macro-processo de trabalho; consultar boas práticas e registrar planos de ações. A apresentação segue ao final desta ata (anexo 1) e dela fica fazendo parte integrante.

As discussões sobre o tema transcorreram até por volta das 12h, quando a reunião foi interrompida para o almoço.

Na continuidade dos trabalhos, às 13h30min, foi concedida a palavra ao juiz Marcelo Pizolati, coordenador de magistrados, que sintetizou os principais pontos discutidos na “primeira reunião da rede de priorização do primeiro grau”, conforme instrumento disponibilizado no portal do CNJ na internet, no endereço eletrônico <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/05/ddc24b9a28b2eadbcbabe2196bb18d92.pdf>> (acesso conferido em 17 de junho de 2015, às 13h), que também segue ao final desta ata (anexo 2) e dela fica fazendo parte integrante.

Em seguida, por volta das 14h30min, os servidores Raphael Jaques de Souza, diretor de recursos humanos, e Marcelo Dias e Silva, chefe da seção de progressão funcional, explanaram sobre o projeto de “mapeamento de competências” em desenvolvimento no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Relataram que o projeto alinha-se às diretrizes da meta específica para a Justiça Estadual de 2014 do CNJ – “Mapear, pelo menos, das competências dos tribunais, até 31/12/2014, para subsidiar a implantação da gestão por competências” – e que, após quatro meses de trabalhos, foram mapeadas oito funções exercidas no primeiro grau de jurisdição, que representam 90,21% de sua força de trabalho. Portanto, a meta do CNJ, objetivo principal do projeto, não só foi alcançada como significativamente superada. Telas com a apresentação seguem ao final desta ata (anexo 3) e dela fica fazendo parte integrante.

Com a presença de todos os membros do Comitê, às 16h30min, o servidor João Anfilóquio Machado Júnior, coordenador de planejamento, explanou sobre as atividades que precisam ser desenvolvidas nos próximos meses de junho e julho de 2015, visando a elaboração do PPA 2016-2019.

Em virtude dessa necessidade, como pauta para próxima reunião, os membros do Comitê deliberaram por acompanhar a elaboração do PPA 2016-2019, para verificar se

a proposta segue os objetivos e linhas de atuação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, de modo a, se necessário, propor a readequação de programas, projetos e ações.

Entrementes, os membros do Comitê decidiram, por unanimidade, no tocante ao tema “equalização da força de trabalho entre o primeiro e segundo graus de jurisdição”:

a) quanto à situação no Poder Judiciário catarinense, o juiz Hélio do Valle Pereira ficou encarregado de apresentar relatório dos dados fornecidos pela DRH;

b) solicitar à ASPLAN que realize pesquisas junto ao CNJ sobre decisões quanto à equalização da força de trabalho, nos moldes da Portaria n. 5/2015, da Corregedoria Nacional de Justiça, referente à situação identificada no Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Por fim, os membros do Comitê decidiram, por unanimidade, manifestar apoio à disseminação do projeto “Aprimorar” da Corregedoria-Geral da Justiça.

Foi marcada a próxima reunião para o dia 30 de junho de 2015, das 10h às 12h e das 14h às 17h, neste mesmo local.

No período das 14h às 15h20min o juiz Hélio do Valle Pereira, Presidente do Comitê, ausentou-se da reunião para presidir audiência.

A reunião encerrou-se às 17h. Nada mais havendo para constar é encerrada a presente ata, cuja minuta foi encaminhada por correio eletrônico para aprovação dos presentes. A coleta das assinaturas dar-se-á na próxima reunião.

Hélio do Valle Pereira
PRESIDENTE DO COMITÊ
MAGISTRADO INDICADO PELO TRIBUNAL

Candida Inês Zoellner Brugnoli
MAGISTRADO ESCOLHIDO PELO TRIBUNAL

Edison Zimmer
MAGISTRADO ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS MAGISTRADOS DO PRIMEIRO GRAU

Emylia Buchner Scalco Carneiro
SERVIDORA ESCOLHIDA PELO TRIBUNAL

Olacir Gonçalves
SERVIDOR ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS SERVIDORES

Rafael Sandi
REPRESENTANTE DA AMC

Rinaldo Luiz da Silva
REPRESENTANTE DO SINJUSC